

Desigualdade recua a patamar pré-crise

Estudo da Fundação Getúlio Vargas aponta que principais regiões metropolitanas do país dão sinais de recuperação

Pobreza havia aumentado de forma preocupante no começo do ano; pesquisador questiona se indicador ficará parado no nível atual

ANTÔNIO GOIS
DA SUCURSAL DO RIO

As seis principais regiões metropolitanas brasileiras dão sinais de que estão se recuperando da crise, segundo estudo divulgado ontem pelo economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas.

Ao analisar a evolução da renda na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE — a PME — especialmente de julho de 2008 a julho deste ano, Neri detectou que a desigualdade, que **tinha dado** sinais preocupantes de aumento nos primeiros meses deste ano, no pico da crise, praticamente voltou aos patamares de 12 meses atrás.

De 2003 a 2008, a série histórica mostra que a pobreza e a desigualdade caíram de forma praticamente constante. Esse

movimento de melhoria foi interrompido em janeiro deste ano, quando os efeitos da crise começaram a ser percebidos com mais força nas regiões metropolitanas brasileiras.

A piora verificada nos quatro primeiros meses do ano, no entanto, foi compensada pela melhoria na PME em maio, junho e julho. Com isso, os indicadores de desigualdade e pobreza voltaram praticamente aos patamares de 12 meses antes.

“O que houve foi um empate, o que não é ruim em tempos de crise. Mas a questão agora é o que vai acontecer no futuro: voltaremos a melhorar com a pujança de antes ou ficaremos estagnados nessa situação atual?”, indaga o pesquisador.

Em julho de 2003, 47% dos brasileiros estavam nas classes D ou E, definidas no estudo como aquelas em que a renda domiciliar total é inferior a R\$ 1.115. Em julho de 2008, essa proporção caiu para 33%. Neste ano, no mesmo mês, o percentual registrado foi de 32%.

No caso da desigualdade, que é medida pelo índice de Gini, de

julho de 2003 para julho de 2008 a redução foi de 5,8%. No período de julho de 2008 a julho deste ano, houve ligeiro aumento de 0,3%.

A análise mensal, no entanto, mostra que apenas em janeiro houve um aumento de 2,5% em relação a dezembro do ano passado. Esse pico foi compensado em parte pela redução verificada a partir de abril. Isso fez com que o indicador de todo o período de 12 meses de julho a julho ficasse praticamente estável.

São Paulo

Na comparação das seis regiões metropolitanas da pesquisa (São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio e Porto Alegre), São Paulo teve o pior

desempenho entre julho de 2008 e julho de 2009, com aumento na renda per capita de apenas 0,5%. Nas demais, o crescimento variou de 3,7% (caso de Recife) a 6,4% (em Belo Horizonte).

Neri analisou também separadamente as capitais e as demais cidades que compõem as regiões metropolitanas. Na maioria delas, os municípios ao redor das capitais atravessaram melhor o período de crise.

Em São Paulo, por exemplo, a capital chegou a registrar de julho de 2008 a julho de 2009 queda de 3,2% na renda média per capita. Em compensação, as demais cidades da região metropolitana tiveram crescimento de 7,7% na renda média.

A hipótese do economista para explicar esse comportamento é que as capitais, por serem mais industrializadas, sentiram mais os efeitos da crise econômica internacional.

“Foram os mercados financeiros que transmitiram a crise. Talvez as periferias sejam menos conectadas aos mercados externos via exportação.”



Voltaremos a melhorar com a pujança de antes ou ficaremos estagnados?

MARCELO NERI, economista da FGV

A RENDA BRASILEIRA DURANTE A CRISE GLOBAL

Desigualdade retoma patamares pré-crise nas regiões metropolitanas

ÍNDICE DE GINI*

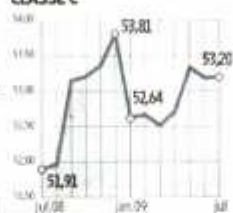


PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES ECONÔMICAS NO TOTAL DA POPULAÇÃO, EM %

CLASSES A E B



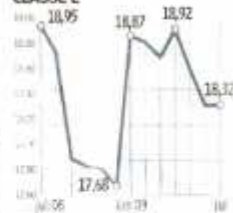
CLASSE C



CLASSE D



CLASSE E



COMO O ESTUDO DEFINIU CADA CLASSE ECONÔMICA
Renda domiciliar total

- >> Classe E De R\$ 0 a R\$ 804
- >> Classe D De R\$ 804 a R\$ 1.115
- >> Classe C De R\$ 1.115 a R\$ 4.807
- >> Classes A e B Mais que R\$ 4.807

* Índice de desigualdade de renda, calculado a partir dos dados do IBGE. Fonte: FGV, com base nos dados do IBGE.

Fonte: IBGE e FGV, com base nos dados do IBGE.

Mais pobres querem, mas não têm seguro

DA SUCURSAL DO RIO

O Centro de Políticas Sociais da FGV apresentou também ontem uma pesquisa sobre o setor de seguros voltado para a população de baixa renda. A conclusão é que há uma demanda reprimida para esse serviço no Brasil, mas é necessário desenvolver alternativas que permitam ao trabalhador mais pobre e do setor informal ter acesso a um seguro.

Com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, de 2003, foi possível identificar que 17% dos brasileiros têm algum tipo de seguro privado — de saúde, carro, vida ou residência.

Como de 2003 a 2009, segundo cálculos de Marcelo Neri, da FGV, 27 milhões de

brasileiros foram incorporados às classes C, D e E (aquelas com renda domiciliar total abaixo de R\$ 4.807), o economista aponta que o mercado de seguros no país teve bastante campo para se expandir no período.

Neri afirma, no entanto, que os seguros privados estão altamente concentrados na população de maior renda. O desafio, segundo ele, é fazer chegar esses produtos aos brasileiros mais pobres, justamente aqueles que mais precisam de seguro para se precaver das oscilações no mercado de trabalho.

Ele citou estudo do Banco Mundial que aponta que razões de saúde são um dos principais fatores a levar pessoas à pobreza, uma situação que pode ser evitada quando o trabalhador tem acesso a um plano de saúde.

“O microsseguro pode representar para a economia o que o microcrédito foi nos últimos 20 anos”, diz.